



LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 9499-05.67/22.1 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 119159 - ABATEDOURO DE FRANGOS PIOVESAN LTDA

CPF / CNPJ / Doc Estr: 03.142.670/0001-30

ENDEREÇO: RODOVIA BR 386 386
KM 35 - CAIXA POSTAL 07
BELA VISTA
98400-000 FREDERICO WESTPHALEN - RS

EMPREENDIMENTO: 121417 - ABATEDOURO DE AVES COM FAB. EMBUTIDOS

LOCALIZAÇÃO: LINHA BELA VISTA, ACESSO PELA BR 386, KM 35
BELA VISTA
FREDERICO WESTPHALEN - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -27,37761000 Longitude: -53,39549000

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: ABATEDOURO DE AVES COM FAB. EMBUTIDOS

RAMO DE ATIVIDADE: 2.621,11

MEDIDA DE PORTE: 16.699,99 área útil em m²

ÁREA DO TERRENO (m²): 35.545,99

ÁREA CONSTRUÍDA (m²): 12.012,34

Nº DE EMPREGADOS: 270

II - Condições e Restrições:

1. Quanto à Revogação:

1.1- este documento REVOGA o documento de Licença de Operação nº 02081/2025, de 22/05/2025.

2. Quanto ao Empreendimento:

2.1- período de validade deste documento: 25/07/2025 à 13/01/2028;

2.2- a capacidade produtiva máxima mensal do empreendimento é de:

Quantidade	Unidade Medida	Descrição do Produto
1.400.000,0	Kg	cortes congelados
110.000,0	Kg	cortes resfriados
60.000,0	Kg	cortes temperados congelados
50.000,0	Kg	cortes temperados resfriados
70.000,0	Kg	frango inteiro congelado c/miudos
60.000,0	Kg	frango inteiro congelado s/miudos
50.000,0	Kg	frango inteiro recheado temperado congelado
30.000,0	Kg	frango inteiro recheado temperado resfriado

Quantidade	Unidade Medida	Descrição do Produto
30.000,0	Kg	frango inteiro resfriado c/miudos
30.000,0	Kg	frango inteiro resfriado s/miudos
30.000,0	Kg	frango inteiro temperado congelado s/miudos
15.000,0	Kg	frango inteiro temperado resfriado s/miudos
100.000,0	Kg	linguiça calabresa defumada
80.000,0	Kg	linguiça de frango congelada
30.000,0	Kg	linguiça de frango resfriada
60.000,0	Kg	miúdos congelados
50.000,0	Kg	miúdos resfriados
11.000,0	Kg	miudos temperados congelados
11.000,0	Kg	miudos temperados resfriados
500.000,0	Kg	salsichas

- 2.3- a capacidade produtiva detalhada no item anterior está condicionada a um abate máximo mensal de 560.000 aves;
- 2.4- esta licença contempla a operação das seguintes etapas do processo produtivo: recepção de aves, insensibilização e abate/sangria, escaldagem e depenagem, evisceração e pré-resfriamento, sala de cortes e industrialização, cozimento e defumação de embutidos;
- 2.5- no caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas linhas de produção, ampliação de área ou de produção, realocação, etc.) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto à FEPAM, exceto nos casos previstos na Portaria FEPAM nº 301/2023 e suas alterações;
- 2.6- deverá ser realizada, a cada 2 (dois) anos, Auditoria Ambiental no empreendimento, conforme estabelece a Portaria FEPAM nº 32/2016, devendo ser apresentado à FEPAM o Relatório de Auditoria Ambiental, em até 60 (sessenta) dias a partir da sua realização;
- 2.7- o empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento;
- 2.8- caso haja o encerramento das atividades, deverá ser providenciada a solicitação de Autorização para Desativação do Empreendimento, conforme estabelece Portaria FEPAM 266/2022;
- 2.9- sempre que a empresa firmar algum acordo de melhoria ambiental ou ajustamento de conduta com outros órgãos (federal, estadual ou municipal), deverá ser enviada cópia desse documento à FEPAM, como juntada ao processo administrativo em vigor;
- 2.10- esta licença não exige o empreendedor do atendimento às demais obrigações legais (federais, estaduais e municipais);
- 2.11- deverá ser feita a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico na área do empreendimento;
- 2.12- o(s) empreendedor(es) deste empreendimento deverá(ão) manter o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br) e, caso haja inclusão de novo(s) empreendedor(es), este(s) deverá (ão), no prazo de até 60 (sessenta) dias, apresentar o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s), com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	Código	Descrição
16	16 - 2	Matadouros, abatedouros, frigoríficos, charqueadas e derivados de origem animal

3. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

- 3.1- este empreendimento deverá seguir o regime jurídico de conservação, proteção, regeneração e utilização estabelecido na Lei Federal N.º 11.428, de 22 de dezembro de 2006, bem como no Decreto Federal N.º 6.660, de 21 de novembro de 2008, que dispõem sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- 3.2- deverão ser integralmente mantidas e preservadas, em suas condições atuais, a Área de Preservação Permanente (APP) correspondente à faixa de 30 (trinta) metros de largura ao longo das margens do arroio sem denominação (sanga intermitente), sob coordenadas iniciais 27.377817; -53.394639, incidente na porção sul/sudeste da área deste empreendimento, conforme Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como toda a vegetação existente dentro dos limites destas áreas;
- 3.3- deverão ser integralmente mantidas e preservadas as condições atuais existentes do canal escoadouro natural de águas pluviais, que atravessa a porção sul da gleba da empresa, bem como uma faixa de 15 (quinze) metros delimitada como de preservação e toda a vegetação existente, em estágio inicial e médio de regeneração, dentro dos limites desta área, conforme apresentado em Laudo Técnico sob ART 10462925 CREA-RS;
- 3.4- deverão ser preservados os exemplares isolados de espécies nativas, bem como as porções de matas existentes no terreno que não interferirão na área do empreendimento, conforme rege o Art. 143 da Lei Estadual nº 15.434, de 09 de janeiro de 2020, conforme indicado junto ao Laudo Técnico apresentado sob ART 11261678 CREA-RS. Caso haja necessidade de qualquer tipo de intervenção, deverá ser previamente autorizada conforme legislação em vigor;

- 3.5- fica proibido o abate de qualquer exemplar vegetal cuja espécie encontre-se listada no anexo do Decreto Estadual nº 52.109, de 1º de dezembro de 2014, na Portaria MMA nº 443/2014, de 17 de dezembro de 2014, e Decreto Estadual nº 29.019, de 16 de julho de 1979, conforme indicado junto ao Laudo Técnico apresentado sob ART 11261678 CREARS, com ênfase em espécimes de Araucaria angustifolia estabelecidos na área do estacionamento da empresa;
- 3.6- deverá ser mantida isolada e identificada a porção junto ao arroio sem denominação (coordenadas - 27.375017; -53.392681) que recebeu o Projeto de Compensação Ambiental (PCA) pela passagem do emissário sobre as APPs dos cursos hídricos, perfazendo uma área total de 96 m². Tal PCA contempla o plantio de 30 (trinta) exemplares de espécies nativas junto à cobertura vegetal presente nas matas ciliares, conforme Laudo Técnico sob ART 11261678 CREA-RS;
- 3.7- também deverá ser mantida isolada e identificada a porção da gleba da empresa que está recebendo um PRAD, junto a uma área de 296 m² (coordenadas Lat - 27,377848; Long -53,395326), após sinistro ocorrido no empreendimento. Tal PRAD contempla o plantio de 25 (vinte e cinco) exemplares de espécies nativas, conforme Laudo Técnico sob ART 13516220 CREA-RS;
- 3.8- deverão ser apresentados relatórios anuais, pelo prazo mínimo de 4 (quatro) anos, referentes às condições de medra de todos os exemplares utilizados no PCA. Com relação ao PRAD serão apresentados relatórios semestrais nos primeiros 2 (dois) anos e, após, relatórios anuais nos 2 (dois) anos seguintes, completando o prazo mínimo de 4 (quatro) anos. O encerramento destes acompanhamentos só será avaliado se houver atendimento integral ao Artigo 18 da IN SEMA nº 001/2018. Cada relatório deverá ser acompanhado de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional responsável pelas atividades, bem como de relatório fotográfico das áreas contempladas pelos plantios;
- 3.9- os relatórios citados nos itens anteriores deverão contemplar, também, informações como: espécies utilizadas (e quantitativo), condição fitossanitária, dados dendrométricos, volume de perdas ocorridas durante o tempo transcorrido, bem como o projeto de reposição dos espécimes mortos, com cronograma de implantação desta nova atividade;
- 3.10- fica previamente autorizada a intervenção com podas em espécimes nativos, com a finalidade de manutenção de estruturas/equipamentos ou em caso de risco de queda de galhos sobre o patrimônio, terceiros e pessoas do empreendimento, sem que tal atividade cause interferências em ninhos e/ou abrigos de animais. Ao final da atividade deverá ser apresentado à FEPAM relatório técnico pósintervenção, com justificativa técnica, volume de material vegetal gerado (seu destino) e registro fotográfico, acompanhado de ART de profissional habilitado;
- 3.11- a intervenção em exemplares de espécies exóticas está isenta, podendo ser efetuada em casos de riscos de queda, danos ao patrimônio, a terceiros e pessoas, desde que não estejam associadas a alguma Área de Preservação Permanente (APP). Somente poderá ocorrer intervenção em exemplares após verificação da ocorrência de ninhos ou abrigos de animais, devendo o mesmo ser orientado por profissional habilitado, indicando o melhor momento para sua realização. Após as atividades relacionadas deverá ser apresentado à FEPAM relatório técnico com as informações e justificativas técnicas para as intervenções, acompanhado de ART de profissional habilitado;
- 3.12- para o caso de necessidade de intervenção de exemplares vegetais exóticos que estejam causando risco junto à redes elétricas, deverá ser feita comunicação junto à concessionária de energia elétrica para as devidas providências. Em ocorrendo autorização por parte da concessionária para intervenção na vegetação da gleba do empreendimento, a mesma deverá ser apresentada ao final das atividades, junto com relatório técnico e ART de profissional habilitado, conforme item anterior;
- 3.13- as intervenções em espécies exóticas mencionadas nos itens acima não poderão causar danos às espécies nativas no seu entorno, devendo adotar todas as medidas necessárias para não interferir nos demais espécimes;
- 3.14- a supressão de vegetação decorrente de licenciamentos ambientais deve ser autorizada por esta Fundação, conforme o Artigo 13, § 2º da Lei Complementar Federal nº 140/2011, sendo vedada a utilização de autorizações de supressão de vegetação emitidas por outros entes licenciadores;
- 3.15- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres (Lei Federal 5197/67);
- 3.16- deverá ser atendida a Portaria SEMA nº 79, de 31 de outubro de 2013, e as Instruções Normativas SEMA nº 12 e 14, de 10 de dezembro de 2014, a fim de controlar as espécies exóticas invasoras na gleba do empreendimento. Caso ocorra a necessidade de remoção de vegetação invasora, apresentar proposta técnica com metodologia e cronograma de execução, para aprovação prévia pela FEPAM;
- 3.17- o empreendimento se encontra devidamente cadastrado no Cadastro Ambiental Rural sob registro n.º RS-4308508-4E0838DEC11F44DEB5CF7C062E540CA0, cuja área de Reserva Legal e de APP cadastrada é de 4,3636 ha. Deverá atender todas as exigências e restrições estabelecidas pela Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA, no que tange à área remanescente a esta solicitação e que compõe este imóvel rural;

4. Quanto às Obras de Terraplenagem e Construção Civil:

- 4.1- os taludes das lagoas da ETE deverão ser mantidos com a cobertura vegetal adequada para evitar desestabilizar o maciço;
- 4.2- deverá ser realizada, diariamente, a inspeção visual nos taludes das lagoas da ETE para verificar se há formação de processos erosivos superficiais ou outros indícios de movimentações. No caso de serem verificados tais indícios, deverá ser providenciada uma avaliação geotécnica a ser realizada por profissional habilitado, apontando quais medidas corretivas deverão ser adotadas, e

a FEPAM deverá ser informada;

4.3- a drenagem superficial no entorno das lagoas da ETE deverá ser mantida limpa e operacional;

5. Quanto ao Abastecimento de Água:

5.1- o abastecimento de água é feito pela CORSAN (numa vazão máxima de 5 m³/dia), e pela captação de água subterrânea através de 2 poços, complementado com efluente de reuso;

6. Quanto aos Efluentes Líquidos:

6.1- o sangue deverá ser recolhido separadamente, sendo enviado a tratamento e destinação adequados, não podendo ser enviado ao sistema de tratamento de efluentes líquidos industriais, nem ser lançado em corpos hídricos;

6.2- para o Efluente Líquido INDUSTRIAL:

- 6.2.1- este empreendimento está incluído no Sistema de Automonitoramento de Efluentes Líquidos das Atividades Poluidoras Localizadas no Estado do Rio Grande do Sul - SISAUTO, atualizado pela Resolução CONSEMA N.º 01 de 20 de março de 1998 e publicada em 15 de abril de 1998, na classe C, devendo realizar medições e análises de seus efluentes líquidos de acordo com a "Tabela de Parâmetros e Padrão de Emissão" desta Licença e encaminhar a respectiva "Planilha de Acompanhamento de Efluentes Líquidos" à FEPAM, via digital, até o décimo dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, de acordo com o Art. 19 desta Resolução (a Planilha digital encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/ Resíduos e Efluentes - Planilhas de Acompanhamento/ SISAUTO- Planilha SISAUTO on Line);
- 6.2.2- a vazão máxima de efluentes líquidos a ser gerada é de 400,5000 m³/dia;
- 6.2.3- todo o efluente bruto referido no item anterior deverá ser encaminhado para a ETE, prevendo o tratamento nas lagoas, e posteriormente o encaminhamento para a ETA, com o objetivo de reuso parcial e com previsão de lançamento em corpo hídrico superficial;
- 6.2.4- a vazão máxima permitida para o lançamento dos efluentes líquidos industriais é de 310,5000 m³/dia, sendo que a vazão de pico não poderá ultrapassar 1,5 vezes a vazão média horária lançada no dia, de modo a atender o artigo 16 da Resolução CONAMA 430/2011;
- 6.2.5- o corpo hídrico previsto para o lançamento dos efluentes industriais tratados é o Arroio Lajeado Pedras Brancas, no ponto com as seguintes coordenadas geográficas: Lat. -27,373136° e Long. -53,389368°;
- 6.2.6- para fins de automonitoramento, deverão ser analisados e reportados, através da "Planilha de Acompanhamento de Efluentes Líquidos", os parâmetros, as frequências de medição e os tipos de amostragem abaixo listados para os efluentes líquidos industriais tratados com lançamento direto ou indireto em corpos hídricos (conforme Resoluções CONSEMA N.º 01/1998 e N.º 355/2017):

Tabela de Parâmetros e Padrão de Emissão			
Parâmetro	Padrão de Emissão a Ser Atendido	Frequência Medição	Tipo Amostragem
Coliformes termotolerantes	<= 2671,30 NMP/100mL	bimestral	simples
Demanda bioquímica de oxigênio	<= 13,36 mg/L	bimestral	composta
Demanda química de oxigênio	<= 330 mg/l	mensal	composta
Fósforo total - miligramas por litro	<= 0,27 mg P/L	bimestral	composta
Nitrogênio amoniacal	<= 9,88 mg NH3 - N/L	bimestral	composta
Óleos e graxas vegetais e animais	<= 30 mg OG/L	bimestral	simples
pH	entre 6 e 9	diária	simples
Sólidos sedimentáveis	<= 1 mL/L	bimestral	composta
Sólidos suspensos totais	<= 125 mg/l	bimestral	composta
Subst tensoativas reag azul metileno	<= 2 mg LAS/L	bimestral	composta
Temperatura	<= 40 ° C	diária	simples
Vazão	<= 310,5 m³/dia	diária	simples

- 6.2.7- os parâmetros cor, espuma, materiais flutuantes e odor devem ter monitoramento diário pelo operador da estação de tratamento, a fim de verificar o atendimento aos padrões estabelecidos na Resolução Consema nº 355/2017, e os registros observados devem ser armazenados no local, à disposição da fiscalização da FEPAM;
- 6.2.8- os padrões de lançamento poderão ser reavaliados, conforme Artigo 7º da Resolução CONSEMA nº 355/2017, em função da definição da vazão de referência do corpo hídrico receptor;
- 6.2.9- deverá ser apresentado à FEPAM, via digital, resultado de análise físico-química de seus efluentes brutos com uma periodicidade anual, no mês de março, realizada por laboratório cadastrado junto a esta Fundação (a Planilha digital encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/ Resíduos e Efluentes - SISAUTO- Planilha SISAUTO On Line). A análise deverá abranger os seguintes parâmetros: pH, temperatura, DBO5, DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, óleos e graxas e demais parâmetros relevantes

existentes na composição do referido efluente;

- 6.2.10- deverá ser apresentado à FEPAM, trimestralmente, até o décimo dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, o "Relatório de Reciclo de Efluentes Líquidos" (o modelo do Relatório encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental / Formulários / Planilhas de Acompanhamento / SISAUTO - Planilhas de Automonitoramento / Relatório de Reciclo de Efluentes Líquidos);
 - 6.2.11- deverá ser mantido um responsável técnico pela operação da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos (ETE) com a ART (anotação de responsabilidade técnica) atualizada, bem como deverá ser apresentado, com uma periodicidade semestral, nos meses de janeiro e julho, relatório técnico assinado pelo respectivo responsável técnico, descrevendo as condições de operação da ETE (problemas ocorridos durante o período, instalação de novos equipamentos, parada da estação ou do processo produtivo, modificações realizadas na ETE, etapas que realizam reciclo/reuso de efluentes, utilizações dos efluentes reutilizados, etc.), acompanhado de levantamento fotográfico; os relatórios técnicos a serem entregues em janeiro devem ser acompanhados da cópia da ART do responsável técnico;
 - 6.2.12- deverão ser mantidos junto ao sistema de tratamento de efluentes líquidos, à disposição da fiscalização da FEPAM, relatórios da operação do mesmo, incluindo análises e medições realizadas, consumo de água, vazões recirculadas, vazões tratadas e lançadas, bem como registros das compras de produtos químicos utilizados para o tratamento, por um período mínimo de dois anos;
 - 6.2.13- deverá ser apresentado à FEPAM, semestralmente, nos meses de janeiro e julho, via digital, resultado de análise de Ecotoxicidade dos efluentes líquidos tratados, realizada por laboratório cadastrado junto a esta Fundação (a Planilha digital encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/ Resíduos e Efluentes - SISAUTO- Planilha SISAUTO On Line). A análise deverá ser efetuada em organismos teste de no mínimo dois diferentes níveis tróficos;
 - 6.2.14- o efluente industrial tratado deverá atender ao padrão de Ecotoxicidade conforme determina o Artigo 18, § 3º, I e II da Resolução Conama 430/2011, em função da vazão lançada, da vazão de referência e da classe do corpo receptor;
 - 6.2.15- deverá ser apresentado à FEPAM, com a mesma frequência dos resultados de análise de Ecotoxicidade, relatório conclusivo quanto ao atendimento do estabelecido no Artigo 18, § 3º da Resolução CONAMA nº 430/2011, com indicação dos valores utilizados para o cálculo da Concentração do Efluente no Corpo Receptor (CECR), acompanhado da ART do responsável técnico pela elaboração do documento;
 - 6.2.16- deverá ser apresentada anualmente à FEPAM, até o dia 31 de março, durante o período de vigência desta licença, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior e a todos os parâmetros pertinentes a atividade, assinada pelo responsável técnico e pelo responsável legal da empresa (o Modelo para Apresentação da Declaração de Carga Poluidora encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/Normas Técnicas);
- 6.3- para o Efluente Líquido SANITÁRIO:
- 6.3.1- os efluentes sanitários, gerados numa vazão média de 27 m³/dia, serão previamente tratados em fossa séptica e filtro anaeróbio, para posterior encaminhamento para a ETE industrial;
- 6.4- deverão ser atendidos todos os padrões de emissão constantes nas Resolução CONSEMA N.º 355/2017, de 13 de julho de 2017, independentemente do acompanhamento do SISAUTO;

7. Quanto às Emissões Atmosféricas:

- 7.1- os níveis de ruído gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 01, de 08 de março de 1990;
- 7.2- as atividades exercidas pelo empreendimento deverão ser conduzidas de forma a não emitirem substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de sua propriedade e que causem significativo desconforto olfativo na população;
- 7.3- as atividades ou fontes geradoras de emissões fugitivas deverão ser operadas de modo a minimizá-las, adotando as providências mais adequadas para tanto, como: enclausuramento de instalações, armazenamento fechado de materiais, umidificação do solo, pavimentação e limpeza de áreas e vias de transporte, etc...;
- 7.4- os equipamentos de processo, assim como os de controle de emissões atmosféricas, deverão ser mantidos operando adequadamente, para garantir sua eficiência, de modo a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população;
- 7.5- os equipamentos e operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providos de sistema de ventilação local exaustora e equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões visíveis para a atmosfera;
- 7.6- deverá ser mantida à disposição da fiscalização da FEPAM, cópia atualizada do Alvará para Atividade com Cadastro Florestal-RS do fornecedor da lenha a ser utilizada na caldeira/forno;
- 7.7- a emissão de fumaça ou fuligem não poderá ultrapassar, para a densidade colorimétrica, o máximo de 20% (vinte por cento), equivalente ao Padrão 01 da Escala de Ringelmann Reduzida, exceto na operação de ramonagem e na partida do equipamento, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 08, de 06 de dezembro de 1990;

- 7.8- os padrões de emissão a serem cumpridos na saída do sistema de controle da caldeira operante são os seguintes:
- 7.8.1- Material Particulado Total: $\leq 350 \text{ mg/Nm}^3$, em base seca e na condição referencial de 8% de Oxigênio;
 - 7.8.2- CO: $\leq 1.300 \text{ mg/Nm}^3$, em base seca e na condição referencial de 8% de Oxigênio;
- 7.9- não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera, com exceção daquele gerado em combustão, que deverá atender às condições e restrições anteriores;

8. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 8.1- deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;
- 8.2- deverá ser mantido à disposição da fiscalização da FEPAM o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela sua atualização e execução, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.936/2022;
- 8.3- deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados, e atentado para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01 de abril de 1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;
- 8.4- fica proibida a queima, a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade, de resíduos sólidos de qualquer natureza;
- 8.5- o transporte dos resíduos perigosos (Classe I, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT) gerados no empreendimento somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo "Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR", conforme Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018;
- 8.6- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA n.º 362, de 23 de junho de 2005, Arts. 1º, 3º e 12;
- 8.7- fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas serem destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM n.º 001/2003, publicada no DOE de 13 de maio de 2003;
- 8.8- caso seja adquirido óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá ser feita a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados. etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos seus fornecedores imediatos;
- 8.9- deverá ser cumprido o Art. 15 da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 362, de 23 de junho de 2005, que estabelece que: "Os óleos lubrificantes usados ou contaminados não rerrefináveis, tais como as emulsões oleosas e os óleos biodegradáveis, devem ser recolhidos e eventualmente coletados, em separado, segundo sua natureza, sendo vedada a sua mistura com óleos usados ou contaminados rerrefináveis. Parágrafo único. O resultado da mistura de óleos usados ou contaminados não rerrefináveis ou biodegradáveis com óleos usados ou contaminados rerrefináveis é considerado integralmente óleo usado ou contaminado não rerrefinável, não biodegradável e resíduo perigoso (Classe I), devendo sofrer destinação compatível com sua condição";
- 8.10- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa conforme a Lei Federal n.º 12.305/2010 e suas regulamentações, deverá destinar corretamente estes resíduos em conformidade com as normas aplicáveis vigentes;
- 8.11- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa e que contenham metais pesados, tais como equipamentos eletroeletrônicos inservíveis, pilhas e baterias, baterias chumbo ácido e lâmpadas inservíveis contendo mercúrio, deverá ser atendido o disposto na Diretriz Técnica FEPAM n.º 09/2022 ou legislação que vier a substituí-la;

9. Quanto às Áreas de Tancagem:

- 9.1- todas as áreas de tancagem de produtos químicos deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;

10. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

- 10.1- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM deverá ser imediatamente informada através do telefone (51) 99982-7840 (24h);
- 10.2- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

11. Quanto ao Monitoramento:

- 11.1- deverá ser enviada eletronicamente à FEPAM, através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR ON LINE, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, com periodicidade trimestral, em conformidade com a Portaria FEPAM nº 87/2018, e alterações; para tanto, o cadastro no sistema MTR, deve estar atualizado com o número do empreendimento (MENU > Configurações > Meus Dados);

12. Quanto à Publicidade da Licença:

- 12.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, <www.fepam.rs.gov.br>. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;
- 2- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.936/2022;
- 3- Relatório referente ao monitoramento das emissões na chaminé da caldeira operante, para verificar o cumprimento dos padrões de emissão fixados nesta licença. A amostragem e o relatório deverão atender o disposto nos itens 4.8 e 4.9 da Diretriz Técnica FEPAM nº 01/2018 (última versão).

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá fazer Pedido de Alteração no SOL, imediatamente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima até 13 de janeiro de 2028, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 23 de julho de 2025.

Este documento é válido para as condições acima no período de 25/07/2025 a 13/01/2028.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Renato das Chagas e Silva

25/07/2025 16:44:33 GMT-03:00

39553094015

assinatura válida